

O espírito caritativo para com o pobre em tempos da Covid-19: a caridade como mensagem “vocativa” da Rede Globo de Televisão

El espíritu caritativo para el pobre en tiempos da Covid-19: la caridad como mensaje "vocativo" de la Red Globo de Televisión

The charitable spirit towards the poor in times of Covid-19: charity as a vocative message of Rede Globo Television

FRANCISCO EMERSON DE SIQUEIRA¹, JAIRO BEZERRA SILVA², LEMUEL DOURADO GUERRA³, RENATO DA SILVA PEREIRA⁴

Resumo: Constitui nossa intenção aqui analisar sociologicamente os principais pontos (des)alinhavados em relação à Transferência de Renda no Brasil (TRB) em tempos da COVID-19, e a maneira como a mesma é encaminhada em torno de ações caritativas, enquanto mensagens “vocativas” veiculadas pela Rede Globo de Televisão (RGT) nas edições do Jornal Nacional, do Jornal Hoje, e do Fantástico. Para realizarmos tal tarefa, partimos de um referencial teórico co-relacionado às modulações da temática da TRB no período em tela. No que tange à metodologia utilizada, optamos pela qualitativa, a partir da qual chegamos às seguintes conclusões: a) em primeiro lugar, a constatação de como as famílias beneficiárias não “percebem” a sua condição social de ser pobre e nem o seu

¹ Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PLANDITES/UERN). E-mail: siqueira.199@hotmail.

² Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor de Sociologia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) E-mail: jairrobezerra@servidor.uepb.edu.br

³ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: lenksguerra@yahoo.com

⁴ Graduado em Letras português pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: renatobaato@gmail.com

pertencimento à classe dos quase “inempregáveis”; b) em segundo lugar, a execução de uma ode às ações voluntariadas por parte da emissora de televisão.

Palavra-chave: Palavras-chave: Transferência de renda; Caridade; Beneficiários; Fome.

Resumen: Constituye nuestra intención aquí analizar sociológicamente los principales puntos (des)alineados en relación a la Transferencia de Renta en Brasil (TRB) en tiempos de la COVID-19, y la manera como la misma es encaminada en torno a acciones caritativas, como mensajes "vocativos" transmitida por la Red Globo de Televisión (RGT) en las ediciones del Jornal Nacional, del Jornal Hoje, y del Fantástico. Para realizar tal tarea, partimos de un referencial teórico co-relacionado a las modulaciones de la temática de la TRB en el período en pantalla. En cuanto a la metodología utilizada, optamos por la cualitativa, a partir de la cual llegamos a las siguientes conclusiones: a) en primer lugar, la constatación de cómo las familias beneficiarias no "perciben" su condición social de ser pobre ni su pertenencia a la clase de los casi "innegables"; b) en segundo lugar, la ejecución de una oda a las acciones voluntariadas por parte de la emisora de televisión.

Palabras clave: Transferencia de renta; Caridad; Beneficiarios; Hambre.

Abstract: It is our intention here to analyze sociologically the main points (dis)aligned in relation to Income Transfer in Brazil (TRB) in times of COVID-19, and the way it is portrayed through charitable actions as "vocative" messages broadcasted by Rede Globo Television (RGT) in the editions of Jornal Nacional, Jornal Hoje, and Fantástico. To perform this task, we start from a theoretical framework related to the modulations of the TRB theme during the period in question. Regarding the methodology used, we opted for a qualitative approach, from which we reached the following conclusions: a) first, the finding that beneficiary families do not "perceive" their social condition of being poor and nor their belonging to the class of almost "invisible"; b) secondly, the execution of an ode to voluntary actions by the television station.

Keywords: Income transfer; Charity; Beneficiaries; Hunger.

Introdução

Focalizamos como ponto central de nossas análises neste artigo, os encaminhados em torno da caridade enquanto um processo de mensagem “vocativa” alimentada discursivamente pela Rede Globo de Televisão (RGT) nas edições do Jornal Nacional, Jornal Hoje e Fantástico no que concerne à

TRB e ao combate à fome. Partimos de um referencial teórico correlacionado à temática em pauta, cujas referências centrais encontram subsídios em: Morus (2021); Durkheim, (2019); Goffman (2019); Bourdieu (2011); Simmel (2011); e Castro (2001). Para executarmos a referida tarefa, selecionamos aleatoriamente seis reportagens específicas acerca do tema em pauta no período de 09 de fevereiro a 24 de abril de 2021, veiculadas através dos programas do Jornal Nacional, do Fantástico e do Jornal Hoje, mediante as quais, pudemos formular diagnósticos em face das nuances colocadas em torno da angústia da “fome” e do despejo social enfrentado por beneficiários do PBF à época, intercalado ao Auxílio Emergencial Temporário [AET] em suas distintas faixas de modulação. Isso feito a partir de um acompanhamento de histórias de casos específicos, cuja simbologia dá a dimensão de quão densa é a aflição dessas famílias socialmente desintegradas, as quais não se encaixam em projetos de oportunidades, essas, ao integrarem o rol do ser pobre e de pertencer à classe dos quase “eternamente”, “inempregáveis”, ao se situarem numa espacialidade política da fome, por meio da qual o estigma se desdobra eficazmente na lógica da rotulação (GOFFAMAN, 2019).

Em decorrência do fato acima mencionado, observamos como o modelo de caridade eventualmente anunciado pela emissora é, ao nosso entender, ainda restrito em alguns aspectos, por defender à época da vigência do AET a política do ajuste fiscal da economia, dentro da perspectiva do não comprometimento do limite do teto de gastos – Emenda Constitucional nº 95. Esta, ao determinar que o limite máximo de despesas dos órgãos públicos federais em um ano pode crescer, no máximo, igual à inflação do ano anterior, medida pelo Índice de Preço ao Consumidor (IPCA) em 12 meses. Sendo assim, consideramos que as principais questões a nos inquietarem aqui são as seguintes: a) como a ideia de voluntariado ganha força em tempos de pandemia da COVID-19, em certa medida, apagando as atribuições políticas do Estado de bem-estar social mais forte? b) como a preocupação anunciada em torno do AET esbarra ainda com o “não-olhar” da emissora em relação aos excluídos da proteção social ainda em marcha no Brasil?

Integrado ao nosso objeto de estudo e aos desdobramentos da pesquisa de campo, chegamos às seguintes conclusões neste artigo: a) há por parte da RGT uma “consternação” em relação aos atuais excluídos da proteção social brasileira, mas essa, mantida pelo respeito ao limite do teto de gastos

públicos, mas em uma ótica neoliberal, a qual persiste à lógica da estabilidade das desigualdades sociais; b) existência de uma relativa pressão discursiva pela permanência dos benefícios da transferência de renda como indispensáveis neste momento da pandemia da COVID-19, somada também à cobrança pela vacinação em massa da população; c) uma (re)configuração elaborada a partir daquilo que a emissora agora enxerga como necessário ao bem-estar social distante daquilo que outrora figurara como – “discurso da acomodação social”; d) a produção de um discurso mais palatável e suavizado para com os não acessantes da proteção social, ou seja, uma certa docilidade de dimensões gracejadoras aos valores do mercado.

No nosso entendimento sociológico soa ingênuo crer que a pandemia provocada pela COVID-19 constitui-se como algo de circunstâncias naturais e que a mesma não possui vieses de classe social – ao anunciar que atinge “todos” de maneira indistinta. Se fôssemos “associados” a um método positivista localizado, também no campo da sociologia, através do qual a vida social pode ser pensada como tendo uma circularidade semelhante à da natureza com suas repetições sequenciais, desvirtuaríamos a rota de análise a partir da qual entendemos a pandemia da COVID-19 como um processo de construção social. Nossa questão central neste trabalho é a de buscar entender os meandros dessa problemática tecida numa teia neoliberal enquanto marca regulada pelo ajuste fiscal em pauta: por que a transferência de renda no atual contexto pandêmico assume um “acolhimento veemente” por parte da RGT sem que a emissora focalize o problema como sendo uma marca necessária de um Estado forte em termos de proteção social?

Ante ao exposto, constitui nosso desafio aqui, entender a partir do resultado proporcionado através do acompanhamento analítico das seis reportagens mediante as quais, formulamos a nossa tese central de trabalho condutora deste artigo, a saber: na ótica da RGT a onda da caridade não pode ser arrefecida e, com isso, prevalece a necessidade de se priorizar o sentido da política pública permanente típica de um Estado de bem-estar social não-consistente, o que contribui para prevalecer o abre alas de um modelo de transferência de renda cada vez mais tênue, esse, ao mobilizar a cultura da relevante necessidade da doação de cestas básicas no bojo da caridade ao envolver voluntários dispostos a tecer aquilo que o mercado neoliberal sentencia como alternativa ao enfrentamento da fome: “cada um faz a sua parte!” Para nós, o enfrentamento do problema está, em certa medida, na direção contrária.

Complementam nossa tese neste artigo o referencial teórico pautado na discussão da proteção social permanente, a exemplo dos indicativos de Moreira (2021), De Bolle (2021), Campelo et al. (2018), Schui (2015), esses associados ao estudo da TRB, pontuando-a neste momento específico da estória brasileira, como uma descontinuidade no sentido de solavancar a integração social. O fato de estarmos a analisar os pontos sinuosos relativos à TRB nos dá subsídios em tempos de pandemia para vermos o retorno da inflação em dois dígitos e a inserção do Brasil no mapa da fome. O modo como essas novas realidades são recepcionadas pelas reportagens da RGT em alguns dos jornais acima citados remete-nos ao entendimento da natureza dessa como constituinte de um processo de construção social articulado às ações politicamente mobilizadas e, em certa medida, desconhecidas, acerca das quais se impõem a necessidade do olhar da objetividade sociológica (BOURDIEU, 2011).

O ano de 2020 é marcado por um fato emblemático de grandes proporções [inesperadas] e cujos resultados inverteram de imediato um planejamento paleoneoliberal dominante de características predatórias no Brasil. Esse fato adquire grandes proporções sócio-sanitárias constituintes de um processo de construção social, mas pouco discutido nesta ótica - uma vez que “prevaleceu” a pauta técnica da saúde. A ocorrência da pandemia da COVID-19 e suas múltiplas implicações em torno de que ações deveriam ser adotadas no sentido de se evitar a crise sócio-pandêmica até o momento tem uma dominância relativamente errática cujos resultados não positivos continuam a manifestos.

Fatos de ocorrência inesperados impõem decisões emergenciais de caráter político [ações-coletivas] tal como nos ensina Morus (2021) quando pensa numa inclusão coletiva sem desviantes abissais a fim de minorar estratificações sociais postas inesperadamente. A recorrência ao autor mencionado recebeu pouca ou quase nenhuma atenção com propriedades cabíveis no sentido de implementar procedimentos coletivos relacionados, cujos desdobramentos resultantes mostram sua face de proporções draconianas.

Enquadrar a transferência de renda como instrumento inesperado foi algo um tanto quanto nebuloso para uma política de assistência social historicamente associada de maneira estigmatizada por intercalar-se às ações propositivas do Partido dos Trabalhadores (PT). Muitos dos críticos, por não quererem credenciar aos governos petistas o início do novelo tímido

em termos de proteção social, cuja trajetória começa a ser cosida durante os treze anos dos governos Lula e Dilma sobre o discurso da TRB, puseram-na no centro da faixa de gaza estigmatizadora à qual uma consciência coletiva deveria reconhecê-la como sendo algo não mais do que assistencialismo exacerbado: “coisa de gente preguiçosa”, “coisa de gente que não gosta de trabalhar”, “sujeitos encostados” e, por aí segue o rosário da (des)classificação em relação à chance mínima de integração que vinha sendo dada a esses [beneficiários intermitentes], conforme ressalta Campelo et al. (2018).

Após a extinção do governo do PT, passamos a perceber um relativo abrandamento em relação ao discurso dirigido aos beneficiários do PBF. Entre os anos de 2016 e 2018, houve a sequência relativa ao reajuste anual do PBF. Mas um fato nos chamava a atenção, a saber, o ajuste em termos de quem deveria permanecer no programa enfrentou pré-requisitos de enxugamento bastante eficazes.

Essa lógica do corte pode ser compreendida na dimensão daquilo que é colocado como instrumento do modelo de desenvolvimento no período atual, ou seja, restringir cada vez mais o acesso através de um instrumento moral por meio do qual a crença em relação à fragilidade do Estado em poder conceder ajustes maiores se impõe de maneira mais instrumental a partir de ações fecundadas no espaço político. Sobre o discurso do domínio da impossibilidade, o mercado assume o espaço útil ao mesmo, a fim de cada vez mais restringir direitos, ideologia essa em certa medida produzida, reproduzida e incorporada ao reconhecimento da implementação da proteção social mais eficaz sob a qual temos uma resignação em marcha. (GARABINI 2021); (SCHUI, 2015).

Para compreendermos os desdobramentos relativos à onda solidária é necessário, antes de tudo, complexificar em certa medida, como essa obnubila a dinâmica produtora das circunstâncias da fome, ao tangenciar os elementos que a produzem e reproduzem. Para esse contexto analítico, no qual é veiculada veementemente pela RGT, precisamos enxergar também o outro lado da moeda e das linhas traçadas da fome como estando ausentes de ondas mais solidárias como instrumento de mobilidade social. Com isso, é problemática a assertiva que considera a fome como sendo um elemento causador da miséria, em que o vírus domina as artérias sólidas da vulnerabilidade social no Brasil (MOREIRA, 2021).

Também na concepção de De Bolle (2020), tal prerrogativa do vírus gerador da pobreza necessita ser corrigida, uma vez que as circunstâncias da vulnerabilidade social no Brasil [binômio desalentados versus desempregados] são frutos da ausência de consolidação de uma transferência de renda que modifique as colunas da desigualdade social no país. Segundo a autora, a gangorra do sobe e desce da proteção social sob a concessão do AET necessita ser levada a cabo no sentido de se consolidar instrumentos de saída da extrema pobreza e, conseqüentemente, da pobreza.

Enquanto isso não for consolidado, segundo De Bolle (2021), alternativas paliativas de ritmo solidário não gerarão um cenário em que as pessoas deixem de necessitar dessa ajuda imediata que não cessa de ser requisitada recorrentemente [doação de cesta básica e sopas aos pobres] essas “alternativas” postas na rede da caridade coletiva. Para a autora isso é muito pouco no universo do ajuste de uma caridade não assistencialista, mas institucionalizada. E, ao olharmos as reportagens, observamos uma lógica inversa em processo de operacionalização com menos arranjos de elegibilidade. Assim, temos um caminhar em torno do reconhecimento mobilizando símbolos morais do bom doador que faz a sua parte como complemento àquilo deixado em aberto pelo Estado.

Diante disso, a RGT busca nos convencer da necessidade de que “é preciso que todos doem e cada vez mais!”, a fim de a fome ser suavizada no Brasil. A perspectiva teórica deste trabalho nos orienta que, sem transferência de renda própria e permanente, a onda da caridade voluntariada evoluirá assustadoramente, uma vez que os pontos nevrálgicos não são propriamente atacados como enfrentamento político republicano já consolidados em países desenvolvidos economicamente.

Numa ótica proximal em que a observação se dirige especificamente à maneira como os moradores de bairros populares e operários se alimentam estratificadamente, Castro (2001) acena para a existência do botão dialético – esse nutricional no país, o que contribui em larga escala para a formulação da chamada circunstância da “ração essencial mínima”, ainda como alternativa nos tempos atuais. No contexto referenciado, a subnutrição corria nos bairros operários, hoje ela é espriada sem que esses lugares ‘inexistam’. Os bairros de operários, com a consolidação da uberização, vão ficando cada vez mais estreitos. Ou seja, poderíamos substituir a categoria classificatória por bairros dos não-operários. E o que acontece mediante esse esgarce? A migração

para as zonas do desconforto é acelerada consideravelmente e daí passa a ser comum um chamado não político para o enfrentamento da fome, cuja interpretação sob a razão essencial mínima intriga o autor mencionado. Por que nesse novelo da fome ainda há bastante linha, e quem lucra com essa circunstância?

Já na mesma linha, Simmel (2011) reconhece o cenário em pauta como sendo específico da forma sociológica – a pobreza. Para o autor mencionado, a mesma está para além da carência material, mas voltada ao reconhecimento do não saber o que é integrar a categoria do pobre. E, à medida que tal sistemática ‘naturalizada pelos pobres’ avança, maiores são as circunstâncias elaboradas no sentido de preservação da “miséria”. E, à proporção que essas circunstâncias são potencializadas, elevam-se ao altar mor o princípio de reconhecimento da figura e da condição de ser pobre. Essa, necessita ser retroalimentada diuturnamente, a fim da mobilização dos círculos doadores ganharem forças em seus estágios de agrupamentos ao fazer valer a máxima do discurso de que há sujeitos aptos a receberem a [esmola caritativa], aqui a feira, a sopa, o agasalho, o peixe... no sentido de fazer valer a mobilização do “bom” doador e do “mau” recebedor- aquele que agradece pouco.

Nestes casos, as estruturas parecem não poder ser transformadas para que não haja a quebra do ciclo das obrigações socializadas em torno do pobre – aquele pronto e ativado para receber o produto que vem através da onda solidária em tempos de pandemia da COVID-19. São essas contradições a nos intrigar teoricamente no cerne das reportagens referidas, cujos conteúdos são extraídos e analisados tal como apresentamos a seguir. Na próxima seção, veremos os desdobramentos relativos ao vocativo de reportagens da RGT, e a maneira como essas, tendem a reforçar um prisma da caridade/doação como anunciadora da ideologia inclusiva que, por meio de sua ampla capacidade, não deixa de fora os desagregados do sistema social.

Os significados das versões pautadas nas reportagens: o objeto em foco da transferência de renda na ótica da caridade veiculada pela rede globo de televisão – Análise das Reportagens

Quando optamos tomar como objeto de estudo o discurso da modelagem em relação aos mais vulneráveis socialmente - beneficiários do PBF + AET em suas múltiplas modulações pela RGT e a sua chamada à caridade, a

fizemos com o intuito de pontuar as dimensões acerca das quais esse é construído enquanto um processo social articulado às ferramentas de ações políticas. Então, para isso, consideramos necessário identificar o que há ou não quando analisamos a natureza sociológica das seis reportagens veiculadas pela RGT ao colocar a caridade como sendo a marca central a ser um princípio seguido por uma empatia de caráter coletivo no contexto da pandemia da COVID-19 em que o AET acende e apaga possibilidades de inclusão social. Essa fotografia é vista a seguir a partir da escolha das reportagens, da visualização, e dos desdobramentos das análises apresentadas sob inspiração do método sociológico não positivista, por meio do qual o eixo das contradições é, por nós, em certo sentido, identificado.

Reportagem veiculada no programa Fantástico de 21-03-21 [01h44min07s a 01h48min38s]

A primeira reportagem destaca a carta assinada por centenas de economistas e banqueiros brasileiros na qual ressaltam que “O País exige respeito; a vida necessita da ciência e do bom governo” - carta aberta à sociedade referente às medidas de combate à pandemia. Ao lê-la, identificamos também alguns trechos referentes à TRB [BF + AET e suas modulações] em convergência, no sentido de instrumentalizar diretrizes de caráter mais solidárias, essas, relacionadas à lógica do voluntariado, mas com um reconhecimento no modelo vigente de TRB a ser modificado urgentemente com princípios mais universalistas.

Para melhor delinear a análise, extraímos um trecho da mesma como empreendimento para a compreensão do escopo do objeto de estudo aqui em marcha – a onda da caridade coletiva! “Em paralelo, não devemos adiar mais o encaminhamento de uma reforma no sistema de proteção social, visando aprimorar a atual rede de assistência social e prover seguro aos informais”. Em síntese, vemos na mesma a existência de uma consideração instrumentalizada no âmbito da focalização e da revisão do modelo de proteção social no Brasil, úteis à consolidação do distanciamento social, além do fortalecimento da estrutura social esgarçada, unida por milhões de desempregados e desalentados.

Em certa medida, constatamos também na mesma uma mudança na [resistência] à implantação da transferência de renda. Porém, refletimos acerca do porquê de, até os economistas de linhagem mais “conservadora”

pró-mercado, agora adotarem um tom, no qual é assentada a possibilidade de concessão de TRB com caráter a atingir os informais, aqueles ao nosso entender – excluídos do AET, cada vez minguante em cada modulação em termos de beneficiários e valores a receber e que estão disponíveis ao humor crescente e amplamente circulado nas reportagens ao fazer jus a ações caritativas, por meio das quais a onda da caridade [doação da cesta básica] e o chamamento à integração de mais atores sociais nessa missão, é parte da resposta complementar frente àquilo que o Estado brasileiro construiu no campo dos excluídos da proteção social.

Além disso, ainda é tratado na mesma, a rejeição à onda negacionista, essa, para eles impeditiva de consolidação de um método de abertura ao retorno do desenvolvimento da economia brasileira. Tese essa entendida como combate aos desarranjos proporcionados pela fome, cuja dimensão veremos na reportagem a seguir, atinge direta ou indiretamente 117 milhões de brasileiros.

Reportagem veiculada no programa Fantástico de 04-04-21 [01h07min38s a 01h19min53]

A reportagem do Fantástico de 04 de abril de 21 ressalta que, no Brasil, 117 milhões de brasileiros alimentam-se de forma irregular e que 19 milhões não têm o que comer. Nesse contexto de pandemia da COVID-19 no qual houve no mês em tela um recorde do número de mortes, a fome retorna a ser mais próxima de pessoas excluídas também pelo não recebimento do AET em sua segunda modulação. E essa atinge principalmente mulheres negras, residentes nas periferias e com baixa escolaridade. Ante a esse cenário, é como se fosse sendo cabível uma resignação nos moldes durkheimianos em relação à fome e o que aparece como possibilidade de enfrentamento à mesma é posto quase exclusivamente à chamada exponencial de ações “solidárias” nas quais as instituições são, em certa medida, desobrigadas de executarem o papel colocado na carta [revisão do modelo de proteção social no Brasil] e que pouco é chamado como essencial na reportagem pautada.

Além disso, para nós, falta pôr em discussão um destaque ao papel relativo à ampliação da transferência de renda inusitada e de caráter mais universal. Quando o economista Francisco Menezes [analista do Action Brasil] coloca na reportagem: “não fosse o AET, teríamos vivido uma tragédia. Sua suspensão foi um erro”. Consideramos a falta de um maior aprofundamento

jornalístico quanto à consolidação desse ser mais consistente e universalizado, possivelmente, comparando-o às realidades que “deram” resultados positivos. Muito pelo contrário, identificamos um modo de operacionalizar um chamamento social de ajuda por meio apenas de doações [oferecendo canais e sítios] aos interessados em fazer a ação. Isso que para nós representa um instrumento de baixo alcance, enxergado aqui, como responsabilidade social de “primeira classe” com passageiros, em sua maioria, sentados no banco de trás, localizados no garimpo da fome brasileira. Neste momento, em rota ascendente segundo a FAO (2021).

Reportagem veiculada no programa Jornal Nacional de 06-04-21 [01min19s a 07min34s]

Na reportagem do Jornal Nacional acima há uma referência ao início do pagamento do AET concernente à segunda modulação e os valores referentes a essa faixa. Com essa segunda modulação, a maioria dos novos beneficiários passa a receber um valor diferenciado - inferior àquele referente à fase inicial do programa. Um ponto que chama nossa atenção nesse contexto ressignificado por modulações de valores é que muitos dos beneficiários sem habilidade tecnológica ficaram sem poder se alimentar por falta de saber a maneira como encaminhar a demanda por meio das novas plataformas digitais, essas, em certa medida, atípicas aos neobeneficiários.

Pelo que observamos na reportagem, esses novos valores correspondentes ao AET segunda modulação são irrisórios e não chegam a cobrir nem metade do valor da cesta básica conforme valor estabelecido pelo Departamento Interestadual de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2021), ou seja, de seiscentos e quarenta reais. Na referida reportagem, a dona de casa Fernanda Pereira ressalta que se não fossem as doações solidárias de cestas básicas, estaria passando fome, uma vez que o marido, cuja profissão é cabeleireiro, encontra-se desempregado. Com isso, vemos a distinção entre aquele que pode ou não acessar satisfatoriamente à comida de qualidade – cara e rara – nas circunstâncias atuais.

Para aqueles descapitalizados em termos de posse de capital econômico, esse quadro revela a hierarquia das posições de classe estruturadas no Brasil, e isso é bem desenhado na reportagem a seguir, na qual a fome torna-se uma convidada presente e indesejável. E, diante disso, não registramos um vocativo pela RGT em relação a algo que não vá para além da caridade

imediate, essa resolutiva apenas parcialmente em relação ao problema da fome como vemos na reportagem seguinte.

Reportagem veiculada no programa Jornal Hoje de 13-04-21 [55min48s a 01h00mim37s]

O Brasil, atualmente, é embalado nas teias da fome. Um grupo de pesquisadores interessados em entender o problema da fome no Brasil, ante as estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) ao ressaltar que até o final de 2020 mais de 130 milhões de pessoas em todo o mundo poderão enfrentar situações de insegurança alimentar [fome]. Esse, denominado de Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça, Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, cuja sede localiza-se na Freie Universität Berlin [Alemanha], desenvolveram uma pesquisa no Brasil e constaram um quadro de alta insegurança alimentar com sérias implicações a partir da redução de alimentos tidos como saudáveis durante o período da COVID-19 (GALINDO, et, al., 2021).

Na edição do Jornal em destaque houve a referência a um Brasil tomado pela fome com os principais pontos: a) seis em cada dez brasileiros, vivem em condições de insegurança alimentar; b) o valor pago pelo PBF não é suficiente para suprir a insegurança alimentar; c) a ocorrência de incertezas quanto ao que vão comer: 44% diminuiram o consumo de carnes, 41% diminuiram o consumo de frutas, 40% cortaram queijos e 37% cortaram hortaliças da alimentação. Em meio a essas circunstâncias, o que nos chama atenção na reportagem é a ausência da necessidade de intensificar o planejamento por meio de políticas públicas. Pelo contrário, observamos o seguinte no final da reportagem: “então se você pode ajudar na página do JH na internet, você encontra, informações, caminhos, e os que podem receber o seu apoio.” Para nós, constitui-se como uma das alternativas mais pedagógicas apresentadas pelo jornal que referência a pesquisa, mas que, ao mesmo tempo, não faz dela uma alusão, a fim do Estado brasileiro, nos seus diferentes níveis, poder conduzir estratégias no sentido de dirimir o muro enviesado da caridade, centrada quase exclusivamente em doações para a compra de alimentos. Ao tempo em que essa atitude pensada como nobre deixa lacunas abertas sob as quais a inquietação sociológica busca compreender, e isso está posto na enunciação da reportagem a seguir.

Reportagem veiculada no programa Jornal Nacional de 24-04-21 [29min56s a 32min12s]

Na reportagem do Jornal Nacional do dia 24 de abril de 2021 há também a continuidade no sentido de reconhecer que a caridade é um carro chefe no sentido de combater a exclusão social. E a referência na reportagem que, em tempos de pandemia, toda ajuda é bem-vinda, configura-se próximo ao exercício do ciclo dos bons doadores aos pobres - o que faz exaltar o papel caridoso do homem cristão. O que recebe a “esmola” agradece por meio de uma caridade sistemática e quase eterna em forma de dívida de gratidão. Com isso, vislumbram-se iniciativas solidárias tipo [varal da caridade]. Que isso representa em termos de impacto transformador? A lógica da necessidade desse varal deve ser intensificada porque com a pandemia houve uma redução na quantidade de doações e a essa justificativa cabe questionamentos distanciados de uma caridade que tenta se impor como regra dominante, com isso há o reconhecimento de que a pandemia tem estimulado a empatia de uma aliança entre as distintas classes sociais. Mas, para nós, o que o tempo atual nos impede de ver em termos da necessidade de um Estado social mais presente [forte] é o porquê da lógica da doação não cessar? Quais os dividendos de quem dela faz uso sistemático?

Reportagem veiculada no programa Jornal Nacional do dia 09-02-21 [04min48s a 11min07s]

Nesta reportagem conseguimos enxergar que grande parte das famílias que já tiveram o seu crédito autorizado no aplicativo encontra dificuldade em saber utilizá-lo, segundo os beneficiários, em relação à compra de alimentos. E muitos desses “desesperados” e já desalentados com um valor inferior ao que receberam no primeiro auxílio emergencial não sabem o que fazer, e, em certa medida, dirigem-se às agências da caixa como um mecanismo de tentar solucionar o problema do dinheiro físico não disponível. Em termos de ilustração, a beneficiária Maria de Lourdes da Silva, que já tem o dinheiro na conta, mas que não pode utilizá-lo no tempo e espaço desejados: “Não tem como usar porque eu não tenho telefone. Não tenho celular. Esse dinheiro está fazendo falta porque eu não trabalho. Meu marido está desempregado também. A gente está vivendo de doação”.

Nesta reportagem destacamos também um chamado ao pagamento do auxílio, mas esse operacionalizado sob algumas contradições para com os

beneficiários. Nem nesse contexto de posse do cartão a caridade deixa de ser necessária – ou ela entra em baila ou a fome assume uma disritmia na sua dança. Em situação similar, Silvana Rufino de Oliveira, que está desempregada, exclama, “o dinheiro está no aplicativo da Caixa, mas a geladeira ainda está vazia”, ou seja, para ela, isso não adianta. “Eu não tenho como comprar com aplicativo alimento para os meus filhos”.

Percebemos, com isso, que a baixa capitalização tecnológica das quais esses beneficiários dispõem são resultantes de um contexto de *habitus* social que impedem uma ficha de acesso ao consumo desejado dentro do valor que o beneficiário tem a receber do AET, o elemento mais contraditório nesse contexto é que o beneficiário do AET, em modulações subsequentes à primeira, mesmo tendo o dinheiro disponível em conta, pelas circunstâncias da fome na qual se encontram, são obrigados a ceder à rede da caridade das cestas básicas.

Nesse ensejo, vemos uma operacionalização, tanto para quem está fora do AET como também aquele que está dentro, todavia, não faz uso adequado e desejável do recurso, uma situação semelhante a receber um presente e não ter os braços para segurá-lo. É esse o quadro no qual a montagem da caridade necessita ser remexida a fim de entendermos a força que a sustenta possa ser complexificado.

Considerações finais

Após analisarmos a veiculação das reportagens, constatamos que um dos principais desafios destacados é o de apresentar a transferência de renda como estando associada às questões de ordem politicamente construídas, ou seja, pontuar o conjunto de sujeitos ausentes neste processo a exemplo das instituições responsáveis pela condução de políticas públicas - o Estado. No entanto, o que observamos é um vocativo mais relacionado ao espírito da caridade do voluntariado, às vezes impositivo em termos de culpabilizar especificamente o cidadão, ao quase considerar a dominância de um clichê remexido através do qual predomina a máxima – “se todos ajudarem a sociedade poderá ser bem melhor com cada um doando com amor”!

Diante das ondulações modulatórias do AET em termos monetários, identificamos um desvio padrão no que tange ao ponteiro relativo à defesa da TRB. Em muitas das reportagens analisadas e, especificamente, nas que selecionamos para confecção deste artigo, observamos uma tendência no

sentido de veicular a geladeira vazia, mas quase nenhuma referência à ausência de saneamento básico ou infraestrutura do imóvel, esses reveladores de um desarranjo no qual a ausência do Estado é quase completa. Com isso, levantamos a seguinte pergunta: por que a fome ainda é enfrentada como um problema associado à resignação e não às circunstâncias de classe social?

E, ante essa circunstância da fome associada à pandemia da COVID-19 e à (re)novação do AET em cada faixa de modulação que se seguiu a primeira fase do programa, que a RGT nos seus telejornais reelabora o caminho da saída “fechada”, meio que sem apresentar o lugar no qual o Estado deva se posicionar com o intuito de exercer a sua finalidade específica. Isso, ao tempo em que a máxima da associação, “cada um faz a sua parte”, ainda é pedra cantada [governo, sociedade civil e setor privado].

Nessas reportagens [seis] não há mais o ressentimento construído em torno do que recebe sem “trabalhar”. Para nós, a consideração deixa de ser de culpabilidade e passa a ser ironicamente de amabilidade com os mimos dialéticos a partir dos quais os pobres passam a se constituir não mais como “preguiçosos”, “acomodados”, “descobertos por não querer trabalhar”, mas sim, sujeitos merecedores de uma cesta básica, cuja entrega parece ofuscar as circunstâncias nas quais as pessoas que dela precisam vivem de maneira emborcada.

Outro ponto nevrálgico por nós enxergado, após observarmos o conteúdo das reportagens, está associado ao reconhecimento legítimo desse modelo social hierarquizado em sua dinâmica de classe que restringe o consumo como inadequado e, com isso, aproximasse de países que conseguiram superar os dilemas da fome por meio da prioridade social colocada enquanto responsabilidade máxima.

Ao observarmos, especificamente, as circunstâncias nas quais a caridade é elevada ao ápice pela RGT, isso em dissonância da necessidade a um chamamento de obrigações socializadas em conformidade à inovação compiladora de políticas públicas de transferência de renda com vieses sequencialmente inovadores. Nesse contexto, há também por parte dos economistas uma relativa dificuldade em fazer valer um projeto de transferência de renda discutido com mais propriedade pela emissora que se distancie do caritativíssimo. Esses pesquisadores que embasam teoricamente este artigo apresenta métodos para além da doação das cestas básicas, o

que em grande medida reforça a contradição da ideologia do mérito individual quando não levado a cabo.

Bibliografia

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2ª ed. [S.l.]: Zouk, 2011. *Ebook*.

BRASIL, **Lei de nº 10.836**, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-108369-janeiro-2004-490604-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em 05 de jan. 2021.

Brasil, **Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20192022/2021/Mpv/mpv1061.htm. Acesso em: 06 dez, 2021.

BRASIL, **Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021**. Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (**covid-19**). Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.039-de-18-de-marco-de-2021-309292254>. Acesso em: 27 de mar. 2021.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 02 ago. 2021.

BRASIL, **Medida Provisória nº 1000, de 02 de setembro de 2020**. Institui o auxílio emergencial residual [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2020/medidaprovisoria-1000-2-setembro-2020790598-publicacaooriginal-161420-pe.html>. Acesso em: 06 dez. 2020.

BRASIL, **Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, DF. Presidência da República [2020]. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-13979-2020_389665.html. Acesso em: 05 dez. 2020.

CAMPELLO, T.; GENTILI, P.; RODRIGUES, M.; HOEWELL, G. R. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro-RJ, v. 42, n. 3, p. 54-66. nov. 2018.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. [S.l.]: Civilização Brasileira, 2001. *Ebook*.

DE BOLLE, M. **Ruptura: Série A Pilha de Areia**. 1ª ed. [S.l.]: Intrínseca, 2020. *Ebook*.

DE BOLLE, M. Auxílio emergencial menor inviabiliza restrições e lockdown no Brasil. *Uol, economia* [21/03/2021]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimasnoticias/redacao/2021/03/21/auxilio-emergencial-restricoes.htm>. Acesso em: 27 mar. 2021.

DIEESE, Departamento Interestadual de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Cesta Básica de Alimentos. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2019. *Ebook*

ECONOMISTAS assinam carta pedindo efetividade no combate à covid-19 no Brasil. **Uol economia**, São Paulo, 21 mar. 2021. Estadão conteúdo. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/03/21/economistas-assinamcarta-pedindo-efetividade-no-combate-a-covid-19-no-brasil.htm>. Acesso em: 14 abr. 2021.

FANTÁTISCO, completo, [S. l.]: 21/03/2021. 1 vídeo (02h21min39s). Publicado pelo globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9369310/programa/>, acesso em: 26 abr. 2021. 01h44min07s a 01h48min31s.

FANTÁTISCO, completo, [S. l.]: 04/04/2021. 1 vídeo (02h18min48s). Publicado pelo globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9409545/programa/>. Acesso em: 26 abr. 2021. 01h07min38s a 01h19min53s.

FAO. Oportunidades históricas de ação global para erradicar a pobreza, acabar com a fome e reduzir desigualdades. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/pt/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

GARABINI, V. M. **Direito à renda Básica Universal**: a segurança da renda no sistema de proteção constitucional. Belo Horizonte: Editora dialética, 2021.

GALINDO, Eryka; TEXEIRA, Marco Antônio; ARAÚJO, Melissa de; MOTTA, Renata; MENDES, Larrisa e RENNÓ Lúcio. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. [título original]. [S.l.: s.n.], 2021.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 2019. Ebook.

JORNAL NACIONAL, completo, [S. l]: 09/02/2021. 1 vídeo (01h00min12s). Publicado pelo canal Notícias Hoje. Disponível em: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m8R2oMbSRJg>. Acesso em: 26 abr. 2021. 04min48s a 11min07s.

JORNAL NACIONAL, completo, [S. l]: 06/04/2021. 1 vídeo (54min42s). Publicado pelo canal *Fanatic Clash*. Disponível em: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S5aacAXwc8E>. Acesso em: 26 abr. 2021. 1min19s a 7min34s.

JORNAL HOJE, completo, [S. l]: 13/04/2021. 1 vídeo (01h13min07s). Publicado pelo globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-hoje/t/KLqhpkkZ5d/>. Acesso em: 26 abr. 2021. 55min48s a 01h00min37s.

JORNAL NACIONAL, completo, [S. l]: 24/04/2021. 1 vídeo (43min58s). Publicado pelo globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/t/MyCrVrr6gW/>. Acesso em: 26 abr. 2021. 29min56s a 32min12s.

MOREIRA, E. **Travessia**: de banqueira a companheiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2021.

MORUS, T. **A utopia**. 4ª ed. [S.l.]: WMF Martins Fontes, 2021. *Ebook*.

SCHUI, F. **Austeridade**: Breve História de Um Grande Erro. [S.l.]: presença, 2015. *Ebook*.

SIMMEL, G. **El pobre**. Madrid: *Ediciones Sequitur*, 2011.

Recebido em:02/06/2023

Aceito em: 09/01/2024